



106

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0336104-2

APELANTE: Adriane Belchior Mendes

Advogado: Dr. Jesualdo de Albuquerque Campos Júnior

APELADA: Município do Recife

Procurador: Dr. Henrique Eugênio de Sousa Antunes

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: CONCURSO PÚBLICO. PRAZO PARA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PREVISÃO EDITALÍCIA. RECURSO DE APELAÇÃO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - O Edital é o instrumento normativo do concurso público, ao qual se junte a Administração Pública, em consonância com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto nos arts. 3º e 41º, da Lei nº 8.666/1993, pelo que se configura inadmissível a apresentação inadequada de documentos.

2 - *In casu*, a impetrante possuía total ciência acerca das regras do referido concurso público desde a publicação do edital. Permitir, neste instante, que ela entregue a documentação exigida para a prova de títulos é conferir tratamento privilegiado a uma candidata em detrimento dos demais. Além disso, a própria recorrente afirma que se atrasou, chegando "*poucos minutos após às 09:00 horas, sendo impedida de entrar no local e proceder com a entrega de ditos documentos*". (fl. 04). Não vejo qualquer conduta ilegal perpetrada pela Administração Pública, posto que foram observados os termos editalícios.

3 - Recurso de Apelação Improvido.

4 - Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

107

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0336104-2. Acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia 18/06/2014, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de apelação, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Publique-se e Intimem-se.

Recife, 18/06/2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



101
10

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0336104-2

APELANTE: Adriane Belchior Mendes

Advogado: Dr. Jesualdo de Albuquerque Campos Júnior

APELADA: Município do Recife

Procurador: Dr. Henrique Eugênio de Sousa Antunes

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação cível interposto contra sentença que, nos autos do Mandado de Segurança, denegou a ordem perseguida, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inc. I, do CPC.

O apelante interpôs o presente recurso, alegando – resumidamente – em suas razões, que:

1. O resultado do concurso público para o provimento de 650(seiscentos e cinquenta) vagas para Professor I, docência em educação infantil e no ensino fundamental I do Município do Recife foi homologado em 25.01.2012, tendo a Banca Examinadora determinado o dia 27.01.2012 para que os candidatos aprovados entregassem os documentos exigidos pelo certame, ou seja, dois dias após a divulgação do resultado do certame, o candidato aprovado já teria que apresentar toda a documentação exigida para a sua nomeação;
2. Restou comprovado que o prazo determinado(de apenas dois dias), pela Entidade Organizadora do Certame, para entrega da documentação, foi bastante exíguo, desarrazoado e desproporcional, pelo que violou o princípio da Razoabilidade, conforme entendimento jurisprudencial;
3. O resultado do concurso público foi divulgado, apenas, no site da Organizadora do Certame, prejudicado, pois, o direito ao acesso das informações do certame pelos aprovados, os quais só obtinham as citadas informações quando acessavam a internet, pelo que restou violado o Princípio Constitucional da Publicidade previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988.

Nas contrarrazões apresentadas, busca o apelado, a manutenção da sentença recorrida, sob os seguintes argumentos, a saber: preliminarmente, ausência de capacidade postulatória. E, no mérito, que o prazo foi disponibilizado a todos e, portanto, não há que se falar na violação de qualquer princípio da Administração Pública.

Remetidos os autos ao MP-PE, concluiu pelo acolhimento da preliminar suscitada. E, no mérito, pelo improvimento da apelação, devendo ser integralmente mantida a sentença ora hostilizada.

É o relatório.

Inclua-se em Pauta.

Recife, 03 de junho de 2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



108

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0336104-2

APELANTE: Adriane Belchior Mendes

Advogado: Dr. Jesualdo de Albuquerque Campos Júnior

APELADA: Município do Recife

Procurador: Dr. Henrique Eugênio de Sousa Antunes

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O inconformismo do apelante reside contra sentença que, nos autos do Mandado de Segurança, denegou a ordem perseguida, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inc. I, do CPC.

A presente demanda prende-se ao fato de ter a impetrante deixado de apresentar a documentação necessária para a prova de Títulos do concurso público para provimento dos cargos de professores da rede municipal de ensino desta Capital, conforme os termos estabelecidos em edital, sob o argumento de que fora exíguo o prazo para a realização desta etapa do certame.

Assevera a apelante que a Organizadora do certame publicou a convocação para que os candidatos se apresentassem - junto à Edilidade - munidos da documentação exigida em edital para a comprovação da prova de títulos para o cargo de Professor I, em 25 de janeiro de 2012, fixando o exíguo prazo de 27 de janeiro do mesmo ano, das 08horas até as 09horas, para o primeiro grupo, e das 13horas até as 14horas para o segundo grupo. Ou seja, anota que o prazo de 02(dois) dias para a apresentação da documentação é insuficiente e - portanto - ilegal.

Como cediço, o Edital é o instrumento normativo do concurso público, ao qual se vincula a Administração, apenas podendo ser descumprido quando incorra em infração legal, o que não é o caso em exame. Não bastasse tanto, submete-se a

109
Administração aos princípios da legalidade e isonomia, devendo, pois, agir nos estritos limites legais, tratando todos igualmente, sendo vedado conferir privilégios em detrimento de quem quer que seja, mormente quando haja expresse óbice previsto em Edital de Concurso Público, que não contém infração à lei.

Assim, o Edital é o instrumento normativo do concurso público, ao qual se junte a Administração Pública, em consonância com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto nos arts. 3º e 41º, da Lei nº 8.666/1993, pelo que se configura inadmissível a apresentação inadequada de documentos.

In casu, a impetrante possuía total ciência acerca das regras do referido concurso público desde a publicação do edital. Permitir, neste instante, que ela entregue a documentação exigida para a prova de títulos é conferir tratamento privilegiado a uma candidata em detrimento dos demais. Além disso, a própria recorrente afirma que se atrasou, chegando "*poucos minutos após às 09:00 horas, sendo impedida de entrar no local e proceder com a entrega de ditos documentos*". (fl. 04)

Não vejo qualquer conduta ilegal perpetrada pela Administração Pública, posto que foram observados os termos editalícios. Nesse sentido, a jurisprudência:

RMS - ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO - TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - PROVA DE TÍTULOS - IMPUGNAÇÃO DE NORMAS EDITALÍCIAS - TERMO A QUO - DECADÊNCIA - APRESENTAÇÃO DE TÍTULOS - DESCONSIDERAÇÃO - DOCUMENTAÇÃO SEM VALOR DE TÍTULO - MOTIVAÇÃO PREVIAMENTE INSERIDA NO INSTRUMENTO EDITALÍCIO E POSTERIORMENTE EXPLICITADA NAS INFORMAÇÕES DO "WRIT" - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO - DESATENDIMENTO ÀS NORMAS DO EDITAL - INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

I- A jurisprudência da Terceira Seção deste Tribunal entende que o prazo decadencial para impugnação dos critérios estabelecidos no edital de concurso público inicia-se a partir da edição do instrumento convocatório. Transcorridos cento e vinte dias da publicação do edital, opera-se a decadência.

110

II- Descabida a tese referente à ausência de motivação por parte da Administração, quanto a não aceitação dos títulos apresentados, já que o edital do certame explicitou, com precisão, os critérios alusivos ao cômputo dos mesmos. Ademais, não persiste qualquer prejuízo ao candidato impetrante, desde que a autoridade coatora explicita, ponto a ponto, as razões ensejadoras da negativa do cômputo dos pontos relativos à prova de títulos. Em sendo assim, não restou comprovado qualquer prejuízo para o recorrente. Aplicável, à espécie, o princípio do "pas de nullité sans grif".

III- Segundo estatui o brocardo jurídico: "o edital é a lei do concurso". Desta forma, estabelece-se um vínculo entre a Administração e os candidatos, igualmente ao descrito na Lei de Licitações Públicas, já que o escopo principal do certame é propiciar a toda coletividade igualdade de condições no ingresso ao serviço público. Pactuam-se, assim, normas preexistentes entre os dois sujeitos da relação editalícia. De um lado, a Administração. De outro, os candidatos. Com isso, é defeso a qualquer candidato vindicar direito alusivo à quebra das condutas lineares, universais e imparciais adotadas no certame.

IV- Compete ao Poder Judiciário, desde que provocado, aferir a legalidade na consecução dos concursos públicos. Todavia, lhe é vedado perscrutar a conveniência e oportunidade administrativa.

V- Um aspecto é a apresentação da diplomação ou equivalente para investidura no cargo (garantia da livre acessibilidade aos cargos públicos), que pode ser feita quando da posse. Outro, totalmente distinto, é a aprovação em prova de títulos, fase integrante do certame.

VI - Recurso parcialmente conhecido, mas desprovido.

(STJ - RMS 11782 / MG. RECURSO ORDINARIO EM MANDADO DE SEGURANÇA 2000/0027853-0. Rel Min. Gilson Dipp. Data julg. 19/02/2002)

Então, considerando que não houve observância dos termos do edital por parte da recorrente, e que a Administração Pública não se afastou da legalidade esperada, voto no sentido de

negar provimento ao presente recurso de apelação, mantendo-se incólume a sentença guerreada.

É como voto.

Recife,

18/06

2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
relator